

A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS ENTRE 2001 E 2010

Jéferson Passig^{*}

Ariane Kuhnen^{**}

Luana dos Santos Raymundo^{***}

RESUMO

O estudo objetiva contribuir com a discussão sobre a atual posição das pesquisas em Psicologia Ambiental, através da identificação dos diferentes modos de compreensão da relação pessoa-ambiente, conforme proposto por Stokols (1978). Para isso, fez-se uma análise taxonômica e um enquadramento estatístico das informações contidas nos resumos das teses e dissertações encontradas nas Pós-Graduação em Psicologia no Brasil entre os anos de 2001 e 2010. Resultou em 42 estudos analisados. Destes, a maior parte dos temas pesquisados pertencem ao Modo Avaliativo, identificado em 14 estudos. Sugere-se que os pesquisadores considerem os resultados dos estudos de levantamento e análise das produções no momento de suas escolhas temáticas.

Palavras-Chave: Psicologia Ambiental. Estado da arte. Pessoa-Ambiente. Interdisciplinaridade. Classificação.

ABSTRACT

The Relation Between A Person And The Environment In The Brazilian Academic Production From 2001 To 2010

This study aimed at contributing to the discussion about the current status of researches in Environmental Psychology by identifying different ways of understanding person-environment relations, as proposed by Stokols (1978). Therefore, a taxonomic analysis and a statistical collection of information found in the abstracts of theses and dissertations defended in Post-graduate

^{*} Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É professor no Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES. E-mail: jpassig@bol.com.br.

^{**} Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: arianekuhnen@gmail.com.

^{***} Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É pesquisadora no Laboratório de Psicologia Ambiental (LAPAM/UFSC) realizando pesquisas em: psicologia do desenvolvimento e psicologia ambiental. E-mail: lua_sr@yahoo.com.br.

Programs in Psychology in Brazil between 2001 and 2010 were carried out. Forty-two publications were analyzed. Fourteen out of them had themes that fit into the Evaluative Mode. New researchers are advised to take into account the results of this study when they choose their themes.

Key words: Environmental Psychology. State of the Art. Person-Environment. Interdisciplinarity. Classification.

INTRODUÇÃO

Ocasionalmente uma área precisa fazer um balanço das pesquisas que têm sido realizadas em seu campo para avaliar o seu crescimento qualitativo e quantitativo. Esta necessidade se torna mais premente quando essa produção é oriunda principalmente dos Programas de Pós-graduação, cujas obras são, muitas vezes, desconhecidas para parte da comunidade científica, que deveria avaliá-las e se beneficiar do conhecimento já construído e, principalmente, pela sociedade, o seu principal beneficiário. Neste sentido, estudos do “estado da arte” permitem indicar os temas tratados, evitando assim a repetição, fornecendo informações sobre as diferentes perspectivas, abordagens e metodologias de uma determinada área do conhecimento. Segundo Ferreira (2002) essas pesquisas criam condições para que maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, recuperem determinado trabalho. Elas possibilitam a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir.

Enquanto campo do conhecimento a Psicologia Ambiental (PA) se firma com a proposta de compreender a pessoa nas suas relações com os ambientes que a envolvem e, busca esclarecer como a pessoa é capaz de mudar tal ambiente e como é transformada por ele. A relação pessoa-ambiente é elemento chave na PA. Segundo Wiesenfeld (2005) os estudos em PA utilizam distintos níveis de categorização humana (desde individual e comunitária até grandes conglomerados), distintos sujeitos, segundo etapas do desenvolvimento humano (crianças, adolescentes, adultos, idosos), considera os gêneros (homens, mulheres), variáveis demográficas e culturais (imigrantes, moradores de rua), o uso de determinados ambientes (hospitais, escolas, residências) e os processos psicológicos, sociais e culturais (percepção, crenças, atitudes). Mas,

independentemente do recorte feito pelo estudo, sempre haverá implicado um determinado ambiente, influenciando e sendo influenciado por um sujeito e/ou uma população específica.

Tal diversidade mostra que o objeto de estudo e intervenção nas pesquisas em PA não são únicos. São diferentes modos de dizer e diversos métodos de intervir, trazendo implicações distintas para o processo de conhecimento e ação humana no mundo. Esta diversidade decorre, dentre outros fatores, da origem e formação da Psicologia Ambiental no Brasil e no mundo.

Bonnes e Secchiaroli (1995) identificaram três tendências de influência externa na origem da PA: Arquitetura e Planejamento Urbano, Geografia, e Ciências Ecológicas. Já internamente a PA constituiu-se pela tradição teórica da Psicologia da Percepção e a Psicologia Social. Segundo Pol (1993) os estudos em PA começaram na Alemanha devido à necessidade de reconstrução das cidades no pós-guerra, levando arquitetos e responsáveis pelo planejamento urbano buscarem soluções na sociologia e psicologia para o compartilhamento dos espaços e pelo entendimento da relação entre as edificações e o comportamento humano. A partir da década de 60 a PA preocupa-se com a relação entre o comportamento e o ambiente, investigando as experiências individuais das pessoas em ambientes com status de figura, ou seja, focos do estudo. Neste período, a arquitetura foi a principal área de influencia, sendo a maioria da produção voltada para os ambientes construídos. Já a partir da década de 80, surge a preocupação com a conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, surgindo, então, uma Psicologia Ambiental Verde.

Vários aspectos podem ser considerados indicadores de que uma área ou subárea do conhecimento está se estabelecendo na comunidade acadêmica. Desde o surgimento e transformação das cátedras universitárias, a própria existência de um nome para a área, os mecanismos de formação de novos pesquisadores, a existência de periódicos específicos, a realização de conferências com pesquisadores envolvidos com a questão e a criação de departamentos de ensino e pesquisa especificamente destinados a este estudo. Pode-se adicionar a esses aspectos o surgimento de revisões de literatura na área de pesquisa, devido ao seu papel não só de avaliação, mas também de articulação da produção. Em suma, a

visibilidade institucional seria indicativa de cristalização de um campo (Ferreira, 1997).

No contexto brasileiro, a PA surge durante a década de 1970 de maneira esparsa e de forma não integrada entre os pesquisadores de diferentes instituições nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto na Psicologia, como também nas áreas correlatas, tal como a Arquitetura, Urbanismo, Comunicação, Artes, Relações Públicas, Propaganda e Turismo (Günther, Pinheiro & Guzzo, 2004). Entre as dificuldades encontradas para seu desenvolvimento estava a variedade de trajetórias de formação dos pesquisadores que atuavam na área. Apresentava-se com bastante diversidade temática e metodológica, característica comum também da área na América Latina como um todo (Pinheiro, 1997).

Em 1997, com a realização do 26º Congresso Interamericano de Psicologia em São Paulo, se oportunizou sessões conjuntas de discussão sobre o tema, envolvendo participantes de vários estados brasileiros e de outros países. O mesmo ocorreu nos congressos seguintes da Sociedade Interamericana de Psicologia, realizados em Caracas, em 1999, e em Santiago, em 2001 (Günther et al, 2004). Um simpósio e uma mesa redonda sobre temas da PA ocorreram no 1º Encontro Brasileiro de Psicologia Ambiental, realizado junto à 10ª Reunião Anual da Abrapso em outubro de 1999, em São Paulo. Nesta ocasião os professores Pinheiro e Günther (2004) consideraram a possibilidade de produção de um livro brasileiro para a área, pois os poucos manuais publicados no país eram de traduções antigas. Em agosto do ano seguinte vários pesquisadores participaram do primeiro Seminário Internacional sobre Psicologia e Projeto do Ambiente Construído, realizado na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em outubro do mesmo ano, em Brasília, na realização da 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, ocorreu uma mesa redonda sobre PA (Günther et al, 2004). Essa integração crescente entre os autores, oriundos de diferentes instituições e regiões do país, com o passar dos anos, resultou na materialização de coletâneas de trabalhos na área e na composição de Grupos de Trabalho (GT) em PA a partir do simpósio de 2000 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

As oportunidades proporcionadas pelos GTs/ANPEPP nos

últimos anos foram importantes para a troca de ideias e compartilhamento de experiências. Parece não haver dúvidas de que as reuniões ocorridas desde então deram significativo impulso para o crescimento, fortalecimento e consolidação da área no Brasil. Dentro desse cenário e, em conformidade com o principal interesse do GT-PA 2006, o mapeamento das produções em PA no Brasil é uma oportunidade significativa para o avanço acerca dos estudos das relações pessoa-ambiente.

Uma proposta de mapear estas produções foi sugerida por Stokols (1978). O autor sugere a identificação de alguns modos de compreender a relação pessoa-ambiente nos estudos publicados observando alguns aspectos. O primeiro refere-se a possibilidade do estudo adotar uma perspectiva cognitiva da relação pessoa-ambiente ou uma perspectiva da relação com um viés comportamental. A outra possibilidade refere-se às investigações que enfatizam os esforços das pessoas em interpretar e reestruturar o ambiente a sua volta, ou se destacam uma postura mais reativa para com o ambiente. Considerando o conjunto, essas possibilidades produzem quatro modos de relação pessoa-ambiente: modo interpretativo, modo avaliativo, modo operativo e modo responsivo, como mostra o Quadro 1.

QUADRO 1 – Modos humano-ambientais de transação (Stokols, 1978).

Fases de transação	Forma de transação		
	Cognitiva		Comportamental
	Ativa	<i>Interpretativa</i>	<i>Operativa</i>
	Reativa	<i>Avaliativa</i>	<i>Responsiva</i>

O modo interpretativo inclui as pesquisas que procuram empreender uma análise sobre a cognição ambiental e as formas pelas quais as pessoas desenvolvem representações de seus ambientes sócio-físicos. Por exemplo, estudos de mapeamento dos processos cognitivos relacionados a características físicas e sociais, os significados dos ambientes urbanos que promovem a imaginação, ou a capacidade de um lugar para evocar expressivas imagens mentais, mapas cognitivos, orientação espacial, percepção ambiental, significado e sentido de lugar e processo identitário. Outro núcleo de interesse que se enquadra nesse modo é a legibilidade do ambiente,

ou à medida que seu desenho e organização são percebidos por seus ocupantes (Stokols, 1978).

As produções agrupadas no modo avaliativo evidenciam uma proposta de análise centrada nas maneiras pelas quais as pessoas avaliam seu entorno. Considerando que as atitudes ambientais refletem tendência de uma pessoa a responder positivamente ou negativamente a um determinado lugar, avaliações ambientais podem implicar juízos individuais, ou coletivos, sobre ambientes ocupados atualmente, ou no passado. Além disso, muitos projetos de avaliação ambiental são realizados para revelar as preferências das pessoas ou suas preocupações sobre ambientes futuros que ainda não tenham construídos, por exemplo, participação de um comitê de profissionais e moradores para a construção de um centro de lazer na vizinhança. Compreendem, também, estudos envolvendo avaliação estética, avaliação da qualidade ambiental, preferência e satisfação, preocupações ambientais, valores e percepção de risco (Stokols, 1978).

Para compor o conjunto do modo operativo, Stokols (1978) selecionou os estudos que trazem algum tipo de contribuição para o aprofundamento da compreensão da relação humano-ambiental que englobam as inúmeras formas em que as pessoas ativamente modificam o desenvolvimento físico e social do seu entorno. Dois pontos podem ser enfatizados. O primeiro diz respeito às modificações que a pessoa aplica aos seus arredores, ou como as pessoas usam o espaço em situações sociais (territorialidade, privacidade, espaço pessoal), organização e uso do espaço, e participação no planejamento. O segundo diz respeito à análise do comportamento de proteção (ou destruição) do ambiente, incluindo os estudos de conservação de energia, os esforços de reciclagem de resíduos e a desfiguração de ambientes através do lixo e pichações. Construir uma casa, decorar um escritório e participar de um programa de reciclagem no bairro exemplificam comportamentos que alteram diretamente a estrutura ou a qualidade de um determinado ambiente.

Por fim, no modo responsivo os estudos têm uma preocupação em compreender as respostas comportamentais das pessoas às condições físicas ambientais. Duas perspectivas de pesquisa são consideradas. Uma se refere os estudos das respostas humanas a estressores ambientais, tais como ruídos de alta

densidade, congestionamentos e climas desfavoráveis. Outra tem o foco na influência das condições organizacionais sobre os comportamentos dos que lá trabalham. São temas que envolvem o estresse enquanto um desequilíbrio entre as exigências ambientais confrontadas pelas capacidades da pessoa a lidar com tais exigências. Os moradores das grandes cidades, por exemplo, são propensas a sofrer com as exigências urbanas, uma forma de estresse que ocorre quando a quantidade e a frequência dos estímulos ambientais excedem a capacidade de uma pessoa para processar e lidar com eles (Stokols, 1978).

Em conformidade com Robins, Gosling e Craik (1999) e Giuliani e Scopelliti (2009) que apontam a importância de avaliar as tendências disciplinares na Psicologia Ambiental (PA), esta pesquisa se circunscreve no horizonte dos estudos do “estado da arte” (Luna, 2009) objetivando verificar nas produções acadêmicas brasileiras entre os anos de 2001 e 2010, as principais tendências compreensivas da relação pessoa-ambiente, conforme a classificação proposta por Stokols (1978).

Este estudo também busca subsidiar futuras pesquisas vinculadas ao Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPAM, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como, de outros núcleos de estudo sobre o tema em outras universidades. Assim, procurou trazer elementos para orientar uma agenda de pesquisa na área realizando um levantamento bibliográfico como descreve o método abaixo.

MÉTODO

O levantamento bibliográfico foi realizado nos sites da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das universidades em que trabalham os pesquisadores que compõem o Grupo de Trabalho ANPEPP 2010 (GT-PsiAmbiental/ANPEPP). A BDTD integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras estimulando o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico, ela possibilita que as comunidades brasileiras de Ciência e Tecnologia publiquem suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior,

dando maior visibilidade à produção científica nacional. A CAPES é uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que tem como objetivo promover a expansão, consolidação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, dos cursos de mestrado e doutorado, em todo o país.

Foram buscadas dissertações e teses desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, que tivessem como interesse maior tratar da questão da relação pessoa-ambiente, sobretudo dentro da Psicologia Ambiental, nos anos compreendidos entre 2001 e 2010. Os descritores utilizados na busca por palavras-chave e no resumo foram: “psicologia ambiental” e “pessoa-ambiente”, esgotando suas variações de número e acentuação gráfica. Apesar da variedade de descritores que poderiam ser usados para busca caracterizando as produções dentro da PA, tais como: “território”, “lugar”, “ambiência”, “identidade de lugar”, “apropriação”, “apego ao lugar”, dentre outros, optou-se especificamente por essas duas expressões por poderem ser consideradas “expressões núcleo” em toda produção da PA.

A pesquisa localizou 39 dissertações e 3 teses. Estão integralmente disponíveis no banco de dados da BDTD 20 dissertações e 3 teses. No portal CAPES foram identificados 18 dissertações. Por seu turno, mais 1 resumo de dissertação foi localizado a partir do Currículo Lattes de um pesquisador ligado ao GT-PsiAmbiental/ANPEPP 2010, cujo trabalho não constava no portal da BDTD e nem no da CAPES.

Para a realização de uma análise taxonômica dos trabalhos, primeiramente realizou-se uma leitura dos resumos agrupando-os conforme algumas unidades de análise. Na medida em que o material foi coletado, foi tabulado com o auxílio de um programa computacional (*Microsoft Excel 2002*) possibilitando que as categorias fossem digitadas uma única vez, afastando qualquer falha no tratamento estatístico proveniente de um possível erro de digitação ou de uma eventual contagem manual. Identificando, ordenando e mapeando, os trabalhos foram enquadrados considerando os seguintes elementos: Ano de defesa; Instituição de origem; Nível (Mestrado ou Doutorado); Orientador; Temática da pesquisa (modos de relação); Ambientes pesquisados e Usuários envolvidos.

Para fins de operacionalização, cada conjunto foi agrupado

por uma denominação que melhor representava o tema da pesquisa em questão. Essa estratégia foi pensada a partir da classificação proposta por Stokols (1978) e efetuada na revisão de literatura feita por Giuliani e Scopelliti (2009), onde se categorizou os temas trabalhados nas áreas de estudos da PA nos quatro modos propostos. Sobre a classificação dos trabalhos nesses respectivos temas, é importante destacar que foram realizadas conforme as variáveis conceituais extraídas e identificadas nos próprios resumos dos trabalhos, respeitando as conceituações usadas pelos autores das pesquisas.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

De acordo com os dados obtidos, pode-se afirmar que a produção acadêmica brasileira em Psicologia Ambiental está concentrada nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Como demonstra a Figura 1, 24 pesquisas do total foram produzidas nesses dois estados, sendo que somente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) obteve-se 12 produções. Houve uma homogeneidade nos percentuais das produções na área em outros estados, indicando que a PA está se desenvolvendo em diferentes partes do país. Apenas na Universidade de São Paulo (USP e USP/RP) aparecem duas produções e na Universidade do Rio Grande do Sul uma produção apenas.

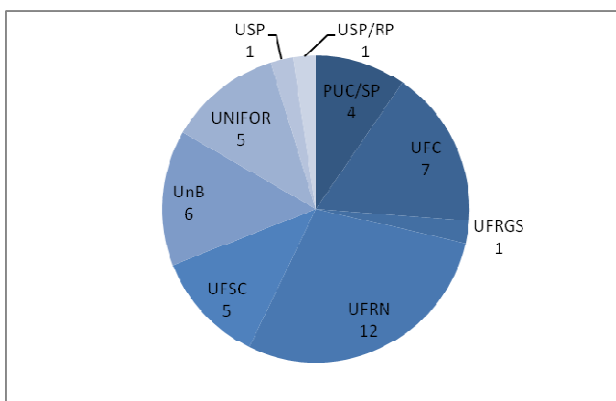


FIGURA 1 – Distribuição das quantidades de títulos por instituição

Apesar dos números mostrarem que as pesquisas estão distribuídas em apenas nove universidades, demonstram que elas vêm crescendo significativamente na década de 2000. Começando com duas dissertações em 2001 e chegando a uma média anual de quatro pesquisas nos últimos três anos que antecedem 2010. Observando as curvaturas do gráfico (Figura 2) é possível antecipar um aumento do número de pesquisas para os próximos anos.

Os dados indicam que a concentração das publicações em alguns estados deve-se a presença nas universidades de Laboratórios e Grupos de estudo especializados na investigação da relação pessoa-ambiente. Na Universidade do Rio Grande do Norte, principal produtora de dissertações e teses na área, há o já consolidado Grupo de Estudo da Inter-Ações Pessoa-Ambiente. Da mesma forma na Universidade de Brasília, destaca-se o Laboratório de Psicologia Ambiental. Já na Universidade de Fortaleza, encontra-se o Laboratório de Estudos das Relações Humano-Ambientais e na Universidade de São Paulo está localizado o Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenções. Por fim, na Universidade Federal de Santa Catarina, o Laboratório de Psicologia Ambiental dentre outros mais recentes.

Considerando que o Brasil é um país de proporções continentais é ainda significativo o espaço que a PA tem para se expandir, tanto nas universidades mencionadas, quanto em outras não encontradas nas bases de dados relacionadas à área da Psicologia Ambiental. Essa questão do espaço a ocupar academicamente foi tratada por Stokols em 1978, quando destacava o recente surgimento da disciplina. Os dados aqui apresentados confirmam isso. Até porque no Brasil as pesquisas ganharam expressão acadêmica só a partir da última década. Dessa maneira, há um campo fértil não só para mais pesquisas, mas também para a diversidade delas, dando espaço para aprofundar questões aqui analisadas, em contextos regionais. O que é pontuado também por Wiesenfeld (2005) quando argumenta que esse raciocínio pode potencializar os aportes da disciplina e, dessa maneira, enriquecê-la.

Quando se verifica a produção ao longo da década de 2000, é possível constatar que a partir de 2006 há uma elevação nas produções, totalizando 5 dissertações e teses produzidas, atingindo em 2008 seu nível maior com o total de 8 produções. Os resultados

assinalam na mesma direção apontada pelo Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental, do X Simpósio da ANPEPP de 2004 (Pinheiro & Günther, 2004) quando relatam que apenas na primeira metade da década de 2000 significativa parte dos atuais professores-pesquisadores e coordenadores de Laboratórios na área estavam terminando suas formações doutorais. Isso aparece de maneira nítida na segunda metade da década, com o aumento das produções.

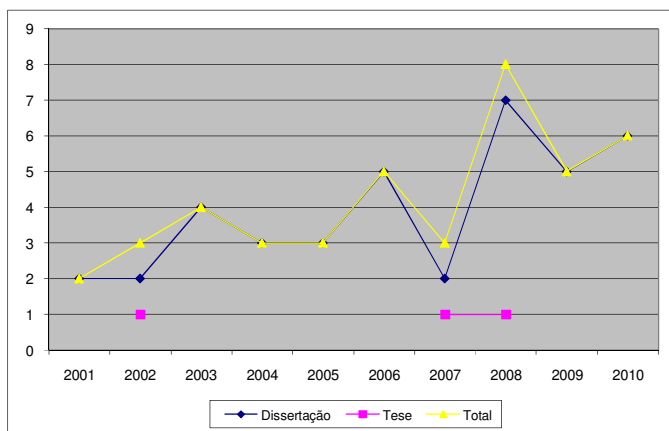


FIGURA 2 – Quantidade produções entre 2001 e 2011.

Objetivando caracterizar os estudos selecionados, no que se refere aos ambientes pesquisados nos estudos, vê-se que as produções focam suas análises principalmente no ambiente escolar, seguido pelo hospitalar e outros ambientes urbanos, tais como vias de trânsito e praças, com a ocorrência absoluta de 9, 6, 5 e 4 produções, respectivamente. Já em relação às populações específicas investigadas, as crianças usuárias dos espaços públicos, hospitalar e escolar são as principais protagonistas, seguida pelos adultos profissionais (motoristas, arquitetos, professores, enfermeiros), com ocorrência absoluta de 13 e 9 produções, respectivamente.

Ao que se refere aos ambientes elencados, constatou-se que estudar os espaços hospitalares e escolares exigiu que os pesquisadores fizessem uma articulação teórica com outros campos do conhecimento, indicando a interdisciplinaridade enquanto

característica fundamental dos estudos em Psicologia Ambiental. De um lado, constatou-se muitas referências a subárea da Psicologia do Desenvolvimento, da Saúde e da Psicologia Social. Do outro lado, verificou-se um constante contato com a Arquitetura através da diversidade metodológica exemplificado nas estratégias de coleta e análise dos dados como no uso de plantas baixas, verificação da densidade ocupacional das áreas e estado de conservação de pátios e edificações.

Com base no exame dos resumos, agruparam-se os estudos em quatro conjuntos cujas preocupações se aproximassem da classificação proposta por Stokols (1978), ou seja, no modo interpretativo, modo avaliativo, modo operativo e modo responsivo. A distribuição dos trabalhos em cada grupo pode ser observada através da Figura 3, que contempla a totalidade dos trabalhos, sendo o modo avaliativo o de maior representatividade, com 14 pesquisas, seguido pelos modos interpretativo, responsivo e operativo, com 11, 9 e 8 pesquisas, respectivamente. A tendência por um modo se aproxima significativamente com os resultados apontados na pesquisa de Giuliani e Scopelliti (2009), que ao fazerem a revisão de 1.787 artigos publicados no *Environment and Behavior* e no *Journal of Environmental Psychology*, renomados periódicos internacionais da área, constataram que 33,9 % das pesquisas eram do modo avaliativo, 23% do responsivo, 22,23% do interpretativo e 20,85 % do modo operativo.

Dentre os quatro modos avaliados, o modo avaliativo (MA) manteve uma média durante o período analisado, seguido pelo modo interpretativo (MI), que somente em 2007 não teve nenhuma produção. Já os modos operativo (MO) e responsivo (MR) começaram a ter mais expressão a partir de 2006, como mostra Figura 3.

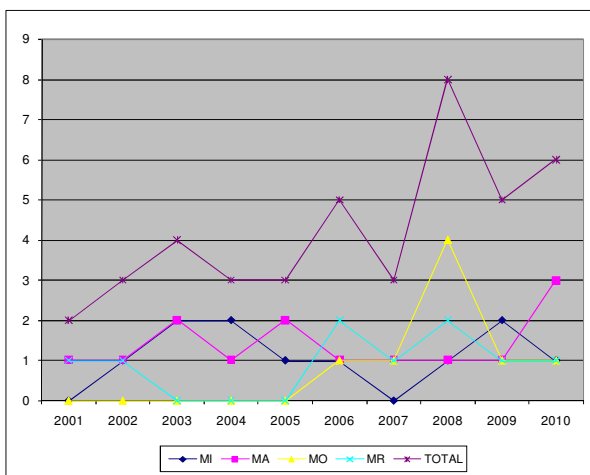


FIGURA 3 - Evolução das produções em cada modo compreensivo

Os pressupostos aqui considerados para verificar as teses e dissertações em PA podem servir de base também para outras subáreas da Psicologia, bem como para disciplinas afins que tratam da relação pessoa-ambiente, tal como a Geografia Humana e a Arquitetura, por exemplo. Pensar as contribuições da PA para essas disciplinas sugere um crescimento qualitativo para todo o campo do conhecimento científico que discute as questões pessoa-ambiente.

Considerando a diversidade de temas encontrados nessa pesquisa, pode-se pensar como Ferreira (1997) quando expõe ser difícil identificar algum problema que não possa ser inserido nas definições mais recentes do que se investiga em PA. Desde a definição das relações pessoa-ambiente, sua caracterização, detalhando diferentes aspectos dessa interação, bem como seus diversos métodos para identificar e intervir neles (Günther; Elali; Pinheiro, 2008; Wiesenfeld, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando identificar o estado da arte referente às pesquisas realizadas no Brasil em Psicologia Ambiental, mais especificamente aquelas produzidas nos programas de Pós-Graduação em Psicologia, constatou-se uma significativa variedade de temas, ambientes e

pessoas pesquisadas, bem como diferentes recortes feitos para compreendê-los. Tendo em vista seu caráter exploratório e descritivo, esta pesquisa não pretende dar respostas, tão pouco tem condições de se posicionar quanto à importância de se investigar essa ou aquela variável. Sua função se resume em localizar o que foi produzido, levantando as principais características das produções no sentido de contribuir com a discussão acerca da atual situação do conhecimento que vem sendo produzido sobre a relação pessoa-ambiente.

Ferreira (1997) esclarece que em função de muitos procedimentos e unidades de análise em PA serem convencionais no âmbito da Psicologia geral, e como há na PA a necessidade de pesquisas em contextos naturais e/ou construídos, demanda-se uma produção de conhecimento que extrapola as exigências das pesquisas tradicionais (em situações controladas), exigindo um ajustamento dos métodos para esclarecer os fenômenos humano-ambientais. Dentro dessa situação, Altman e Rogoff (2002) destacam que os psicólogos ambientais são, e continuarão sendo, sujeitos às forças de oposição internas da Psicologia, decorrente da sua herança disciplinar, e as novas aspirações de encontrar um caminho adequado para o estudo das questões pessoa-ambiente.

Como verificado aqui, existe uma significativa variedade e diversidade de estudos sobre a relação pessoa-ambiente, a começar pela quantidade de aspectos tematizados, resultando em uma multiplicidade de variáveis. Essa verificação indica o esforço da área para o avanço na produção do conhecimento. Mas permite também uma atenção futura nas novas pesquisas afim de que investiguem os temas ainda não tão explorados, saindo um pouco do eixo dos ambientes mais pesquisados: escolar, hospitalar e de trânsito.

Considerando a escolha da amostragem temática aqui examinada, verifica-se que ao longo do tempo, os dados sugerem que a pauta de pesquisa fica a cargo da decisão do pesquisador, muitas vezes sem o devido levantamento e análise do que já vem sendo pesquisado sobre a questão. Parece que as pesquisas têm sido definidas e executadas segundo o conceito do pesquisador acerca do que deve ou não ser estudado naquele momento. Assim, fica difícil delinear uma linha evolutiva relativamente aos estudos na área.

É preciso considerar, obviamente, que as condições estruturais, políticas e econômicas em que atuam os pesquisadores

brasileiros não são as mais favoráveis para se trabalhar apropriadamente. A falta de incentivo em ciência e tecnologia, as instalações muitas vezes precárias das universidades e até mesmo a deficitária rede de comunicação de que se dispõe (Pinheiro & Günther, 2004), dificulta bastante um trabalho articulado. Porém, isso não deve servir de justificativa para não se buscar esforços para construir um trabalho conjunto, não para expor o trabalho dessa ou daquela universidade, mas sim um conhecimento unificado em todo o país. Com isso se acredita evitar que futuramente as pesquisas apenas acrescentem novos casos verificados indefinidamente, sem que se possa ter uma noção clara do conjunto, e em que direção as novas pesquisas devem seguir.

REFERÊNCIAS

- ALMAN, I. & ROGOFF, B. World Views in Psychology: Trait, Interactional, Organismic and Transactional. In: Bechtel, R. B.; Churchman, A. (Ed.) *Handbook of Environment Psychology*, Nova Iorque: John Wiley e Sons, p. 7-40, 2002.
- BONNES, M & SECCHIAROLI, G. *Environmental psychology: A psycho-social introduction*. Londres, SAGE Publications Limited, 1995.
- FERREIRA, M. R. *Produção de conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na psicologia ambiental* (Tese Doutorado não publicada). São Paulo: PUC/SP, 1997.
- FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação e Sociedade*, p. 257-272, 2002.
- GIULIANI, M. V. & SCPELLITI, M. Choosing restorative environments across the lifespan: A matter of place experience. *Journal Environmental Psychology*, p. 423-437, 2004.
- GÜNTHER, H., ELALI, G. & PINHEIRO, J. Q. *A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- GÜNTHER, H., PINHEIRO, J. Q. & GUZZO, R. S. *Psicologia Ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas: Alínea, 2004.
- LUNA, S. V. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2009.
- PINHEIRO, J. Q. & GÜNTHER, H. X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. *ANPEPP*, 2004.
- POL, E. Environmental Psychology in Europe: From Architectural Psychology to Green Psychology. *Aldershot*, 163-188, 1993.

ROBINS, R. W., GOSLING, S. D. & CRAIK, K. H. An empirical analysis of trends in psychology. *American Psychology* , 117-128, 1999.

STOKOLS, D. Environmental Psychology. *Annual Reviews Inc*, 253-295, 1978.

WIESENFELD, E. A psicologia ambiental e as diversas realidade humanas. *Psicologia USP* , pp. 53-69, 2005.